



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
ESCLARECIMENTO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 032/2025

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, por meio de sua Agente de Licitação, designada pela Portaria n.º 007/2025, juntamente com o Gestor da área solicitante e Divisão Jurídica, torna público e para conhecimento dos licitantes, o presente esclarecimento, para melhor interpretação de nossa necessidade, referente ao Edital de Licitação n.º 032/2025:

1) Verifica-se dos autos o envio de pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação nº 032/2025, formalizado pela empresa **IMBRASEG.**, por meio de e-mail enviado ao Setor de Licitações.

Vejamos os questionamentos:

1.1. – O edital visa à contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Desarmada. A prestação desse serviço é regulamentado pela Polícia Federal. Será exigido das empresas participantes algum documento referente ao credenciamento/ autorização junto à Polícia Federal?

ESCLARECEMOS que:

Para esta prestação de serviço deverá ser considerado o CBO 5174 (Vigia), não sendo exigida a apresentação de credenciamento ou autorização junto à Polícia Federal. Diante do necessário esclarecimento, torna-se oportuno alterar a redação **“Vigilância Desarmada”** para **“Vigia”**, portanto onde de lê **“Vigilância Desarmada”**, leia-se **“Vigia”**.

Importa ressaltar que constitui dever da Administração Pública avaliar e motivar as consequências práticas da decisão e não em valores jurídicos abstratos, conforme dispõe o Decreto Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, o qual define a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

1.2. Qual CCT será utilizada como referência para a composição de preços?

ESCLARECEMOS que: A COCEL não indicará a CCT. A proponente deverá considerar, para fins de composição de preços, a última Convenção Coletiva da categoria vigente.

1.3. Qual empresa presta o serviço atualmente?

INFORMAMOS que: A atual prestadora de serviços é a empresa DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

1.4. O contrato poderá ser reajustado antes de 12 meses de acordo com a Convenção Coletiva com data base em fevereiro?

ESCLARECEMOS que: O Princípio da anualidade do reajuste sempre será respeitado, mas a Contratada deverá observar neste caso em específico à regra definida no art. 181 § 1º, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

Art. 181. Nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o reajuste do preço poderá ser dividido em tantas parcelas quanto forem necessárias, respeitando o princípio da anualidade do reajuste dos preços contratados, podendo ser realizado em momentos distintos para promover a correção da variação de custos que tenham sua anualidade igualmente definida em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§1º Adotada a previsão contida no caput, o interregno mínimo de um ano para o reajuste de cada parcela do contrato será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas na licitação, em relação a parcela de custos relativa a materiais e insumos; e

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta na licitação, para a parcela de custos relativa à mão de obra que estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

§2º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, o reajuste deverá ser dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

No tocante ao interregno mínimo de um ano, importa salientar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

O termo inicial a ser respeitado para manutenção do equilíbrio contratual é a data em que passou a vigor as majorações salariais da categoria profissional que deu ensejo à revisão. RESP nº 554.375/RS. Relator: Ministro Castro Meira, DJ 23/05/2005, p. 196.

1.5 Caso seja vencedora, a empresa cadastrada no Simples Nacional deverá mudar a tributação?

ESCLARECEMOS que:

1.51. Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá gozar de nenhum benefício tributário na condição de optante, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher a Planilha de Custo e Formação de Preços conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Real ou Lucro Presumido), conforme Lei Complementar nº 123/2006 e Instrução Normativa RFB nº 2110/2022; 13.10.1.

1.5.2 A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõe o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários.

1.5.3 A empresa optante pelo Simples Nacional, se contratada, deverá apresentar cópia do documento que comprove sua solicitação, à Receita Federal do Brasil – RFB, de exclusão desse regime. Essa solicitação deve fazer referência expressa ao contrato firmado com



COCEL e ser protocolizada na RFB no prazo previsto no art. 30, §1º, inciso II, da Lei Complementar 123/2006 ("até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação").

1.5.4 As MEs e EPPs optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional deverão considerar na formulação de suas propostas, além dos custos a que estejam obrigadas, os decorrentes de eventual exclusão desse regime (Simples Nacional), observados as regras, os prazos e os procedimentos estabelecidos na Lei Complementar 123/2006, hipótese que não ensejará direito à revisão contratual.

1.6. Durante o período de recesso a prestação dos serviços será interrompida ou ocorrerá de forma ininterrupta?

ESCLARECEMOS que: A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma ininterrupta, de segunda a sexta-feira, com exceção de sábados, domingos e feriados nacionais.

1.7. O vigilante terá local coberto ou guarita, acesso a banheiro e água potável durante a prestação do serviço?

ESCLARECEMOS que: O vigia terá sala climatizada, acesso a banheiro e água potável durante a prestação do serviço.

Deste modo, permanece inalterada a data de abertura, estabelecida para o **18 de agosto de 2025, às 9:00 horas**, em função de que não houve alteração de objeto e de valores, que comprometa a formulação da proposta comercial.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e apreço.

Campo Largo, 08 de agosto de 2025.

ANA LAURA LAGNER
Agente de Licitação